

9

9

Cadernos de
 ECB Cadernos do ECB
 ECB Cadernos do ECB
 ECB Ca do ECB
 ECB Ca do ECB
 ECB Ca do ECB
 ECB Ca do ECB
 ECB Cadernos do ECB
 ECB Cadernos do ECB
 Cadernos do ECB
 do ECB
 ECB Ca do ECB
 ECB Cadernos do ECB
 ECB Cadernos do ECB
 Cadernos de

CADERNOS DO ECB



FICHA TÉCNICA

Diretora
Inês Silva

Diretor Executivo
Nuno Rosa

Revisão
Zita Nogueira
Lucília Borges

Secretariado
Lucília Borges

Capa
Fernanda Baptista

Paginação, arranjo informático, publicação online
Paulo Valentim

**Instituto Nossa Senhora da Encarnação
Externato Cooperativo da Benedita**

Rua Cooperativa de Ensino
Apartado 197
2475- 901 Benedita

Telefone: 262 925 180
Fax: 262 925 185
ecb@inse.pt
http://ecb.inse.pt
ISSN:2183-8526

SUMÁRIO

Inês Silva [Diretora dos Cadernos do ECB]	
Editorial	7
David Justino [Presidente do Conselho de Nacional de Educação]	
30 anos da Lei de Bases do sistema Educativo	9
Ana Prioste & Helena Fonseca [Faculdade de Psicologia, UL; Escola de Psicologia e Ciências da Vida, COPELABS, Universidade Lusófona / Dep. de Pediatria, Hospital de Santa Maria, FM, UL. Unidade de investigação de Reumatologia, Instituto de Medicina Molecular, FM, UL]	
Refeições em família e perturbação do comportamento alimentar na adolescência: o papel mediador da depressão e dos hábitos de nutrição	13
Paula Cristina Ferreira [Prof. de Português e de Apoio Especializado à Dislexia do ECB / Prof. Adjunta Convidada na ESECS, IPL / Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação, IPL]	
Motivação e Resiliência dos Professores Disléxicos	21
Carla de Pacífico Dias & Pedro Reis [Professora de Biologia do ECB; UIDEF, Instituto de Educação, UL / Professor no Instituto de Educação, UL]	
IBSE + WEB 2.0 + IIR no ENSINO DAS CIÊNCIAS	33
Rui Rasquilho [Historiador e Investigador]	
Subsídios para a história da Benedita	43
Manuela Esteves [Instituto de Educação da UL]	
Ser professor(a) nos dias de hoje	47
Célia Margarida Ferreira [Psicóloga no ECB]	
Diagnóstico de PHDA ou a dificuldade da sociedade atual em lidar com as crianças e adolescentes	53
Dalila Santo [Professora de Ensino Básico / Mediadora no Museu do Vinho de Alcobaca]	
Museus, espaços de aprendizagem divertidas e criativas	61
Graça Silva [Professora de Filosofia no ECB]	
Coaching em Contexto Escolar	67
Maria Helena Guerra [Professora de Geografia no ECB]	
Novas tecnologias para o estudo da geografia física das montanhas	71
Paula Cristina Ferreira [Prof. de Português e de Apoio Especializado à Dislexia do ECB / Prof. Adjunta Convidada na ESECS, IPL / Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação, IPL]	
O Outro Lado do Espelho: mudam-se os tempos, mudam as exigências pedagógicas Uma Reflexão Possível	75
Sérgio Costa [Professor de EMRC no ECB]	
A propósito da ideologia do género (Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa)	81

O OUTRO LADO DO ESPELHO: MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM AS EXIGÊNCIAS PEDAGÓGICAS

UMA REFLEXÃO POSSÍVEL

Paula Cristina Ferreira

Professora de Português e de Apoio Especializado à Dislexia do Externato Cooperativo da Benedita

Professora Adjunta Convidada na ESECS no Instituto Politécnico de Leiria

Membro do Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação (NIDE)

Instituto Politécnico de Leiria

A PROPÓSITO

Genericamente, todos assistimos a mudanças sociais, graves e até radicais, mas também impulsionadoras de novas atuações, de alterações de mentalidade, novas formas de ver e estar no mundo.

O professor, quotidianamente, assiste e vive situações difíceis na escola, as decisões ministeriais sucedem-se em caduça, as exigências escolares preenchem-lhe os dias, a desatenção e desconcentração dos alunos é já de *per se* desmotivante. Nesta azáfama, o professor prepara as suas aulas e não resultam, as classificações negativas proliferam como cogumelos, o desespero e a desmotivação instalam-se, o *magister dixit* perdeu a validade. Porém, um professor é ser hu-

mano resistente a estas intempéries, pode vergar perante a dificuldade mas vai reagir pois deve também acreditar que o seu trabalho é, entre muitas outras tarefas, *informar*, ensinando; é *enformar*, moldando e desenvolvendo; é *reformular*, corrigindo e construindo pessoas. Efetivamente, na preparação do seu dia a dia profissional, o professor busca a melhor *forma* de dar *forma* à *forma* dos seus alunos, (e perdoem-me a brincadeira de base morfológica), procura a concetualização, a composição, a instrução, a educação da criança e do jovem.

Como se pode pensar, o propósito deste texto é partilhar algumas reflexões, enquanto professora, o que poderá conduzir a autorreflexões dos professores leitores.

OS NORMATIVOS ESTRUTURANTES

Reparem na produção de documentos ao longo de todo o séc. XX. Notem a riqueza, o avanço do mundo relativamente ao respeito pelo indivíduo pelos seus interesses, pelas suas capacidades e potencialidades.

A título internacional, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) consideram que toda a criança, com as suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, exige um sistema de educação gratuito, estruturado e equitativo tendo em vista a diversidade dessas características e necessidades.

A título nacional, considerámos para a nossa reflexão apenas três documentos, o primeiro por ser um dos alicerces legislativos, os segundos por constituírem as mais recentes atualizações em matéria de ensino, avaliação e educação. Assim a Lei de Bases do Sistema Educativo, revista em 2015, o Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril e o Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril de 2016.

Da Lei de Bases do Sistema Educativo, destacam-se dois artigos: o artigo 3.º, alínea d), que considera o “direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas” e o ar-

tigo 7.º, que preconiza “formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social” e “a criação de condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos”, nas suas alíneas a) e o) respetivamente.

Com a leitura analítica do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril, fica claro que se defende a “efetiva melhoria das aprendizagens para a criação de oportunidades de sucesso escolar para todos” e que a tutela pretende “potenciar o trabalho conjunto de cada aluno”. Por sua vez, o Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril de 2016, destaca, de modo significativo, a necessidade da “melhoria da qualidade das aprendizagens”, reforçando no artigo 6.º, alínea a), a importância da adoção “medidas que visam contribuir para as aprendizagens de todos os alunos” e, na alínea c), o ajuste “das práticas educativas orientando-as para a promoção do sucesso educativo”. O mesmo documento, no artigo 32.º, refere que “a escola deve adotar medidas de promoção do sucesso educativo, (...), em planos adequados às características específicas dos alunos”. Os documentos de 2016 põem claramente a tónica na avaliação e atuação pedagógica decorrente dessa avaliação. Em boa verdade, se percebe que é necessário medir para bem gerir.

Deste modo, os documentos referidos, que distam entre si em cerca de 70 anos, merecem a nossa atenção pois consideram três conceitos basilares de suma importância, porque se mantêm e estruturam, de alguma forma, a atuação normativa atual. São eles: *características, capacidades e potencialidades*. De facto, pede-se ao professor e às escolas que sejam criadas condições para atender à diferença entre os sujeitos aprendentes.

No terreno, constata-se o óbvio, o professor é apenas um indivíduo, os alunos são entre 25 e 30, genericamente. Como chegar à diferença dos alunos e entre alunos? Como e que medidas poderão contribuir para a promoção do sucesso educativo?

O OUTRO LADO DO ESPELHO

Dizem-nos estudos recentes (Heacox, 2006; Barata, 2010; *Index for Inclusion*, 2016) que um dos caminhos é o do trabalho colaborativo, outro caminho possível é o da diferenciação pedagógica, o que equivale a afirmar que a alteração necessária é a da atuação do professor. Deve o professor ser “menos expositivo” e “mais mediador”, “mais pró-ativo”, deve o professor programar as suas aulas em função dos alunos e não em função da turma ou em função dos seus gostos e hábitos; deve o professor ponderar qual a melhor estratégia para aqueles alunos para que adquiram um determinado conceito/raciocínio. A grande exigência que se impõe ao professor é a de se descentrar de si,

da sua exposição e nortear as atividades/tarefas adequadas, e de outro modo, que promovam a aquisição do conhecimento do aluno. Tal como refere Barata (2010), o que se exige ao professor na atualidade é uma mudança, quase radical da sua atuação, o que implica naturalmente um acréscimo de trabalho.

Neste sentido, como atesta Roldão (2009), o professor deve ser “duplamente transitivo”, i.e. considerar a sua ação de ensinar e a ação de aprender do aluno, nunca deve descurar estas duas dimensões, se o conceito a veicular é importante não é menos a estratégia para o ensinar. Em boa verdade, não nos podemos esquecer que a palavra “Estratégia” tem origem no mundo grego, na função militar “estratego”, pessoa que tinha a cargo a organização militar. Efetivamente, uma estratégia do ponto de vista pedagógico é nada mais do que estruturar uma série de atividades e tarefas com vista a um fim, a aquisição e/ou análise de determinado conceito/conteúdo programático.

Clarificando, o que se pretende, segundo a investigação, segundo os normativos legais, segundo as diretrizes escolares é que o sucesso educativo aconteça, que se pratique a diferenciação pedagógica, que se atenuem as desigualdades, que se procure a equidade e que todos os alunos revelem e otimizem as suas capacidades através do trabalho do par professor-aluno.

No nosso entender, é chegado o momento do professor, em prol do processo de aprendizagem, trabalhar de modo

diferente considerando os seus alunos e o seu perfil de aprendizagem, e de modo mais colaborativo. Desta forma, segundo Tomlinson (2008), a diferenciação pedagógica desenvolve-se a nível do conteúdo, do processo e do produto o que poderá promover grandemente o sucesso escolar.

Neste sentido, devem as escolas apetrechar-se de meios tecnológicos e outros que permitam uma maior diversidade de implementação de estratégias, devem as escolas criar condições para os professores poderem trabalhar de modo colaborativo, devem as escolas apelar, exigindo, uma maior responsabilização das famílias no sentido de se valorizar o saber e o conhecimento.

MUDAM-SE OS TEMPOS...

Em jeito de conclusão, os tempos mudaram, as escolas refletem as crises (sociais, económicas, de valores...) e o que se exige hoje é não só uma atualização contante, porque o saber está em constante evolução, mas também uma capacidade de articular o saber com o processo de aprendizagem.

Considerando que os alunos mudaram, deixaram de ser tão recetivos, tão passivos, passaram a ser mais ávidos de dinâmicas, com pouca recetividade para ouvir, focando-se no valor do que é imediato, a estratégia adequada não é generalizável a todas as turmas. O professor deve conseguir flexibilizar o modo como leciona e de acordo com as necessidades dos alunos.

Nos dias de hoje, a sua atuação peda-

gógica deverá centrar-se não só no conteúdo programático a lecionar mas do processo para o adquirir.

Podemos, neste contexto, relembrar Montaigne (há cerca de 400 anos) que nos dizia que a experimentação e a ação são estruturas basilares do verdadeiro conhecimento. E podemos também recordar Pitágoras (há cerca de 2000 anos) que afirmava "ouve e tornar-te-ás sábio"... ou seja o que se pede ao professor é uma atuação hábil, concertada entre a exposição e a experimentação, sendo que a experiência pode e deve adequar-se aos "experimentadores".

BIBLIOGRAFIA

- Barata, C.. (2010). Processos e práticas de inclusão educativa: do currículo comum ao currículo diferenciado. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Crahay, M.. (2007). Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar?. In, Faculdade de Psicologia da Educação da Universidades de Genebra e de Liege Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130.
- Declaração de Salamanca (1994). Consultado a 28 de abril de 2016. Em <http://www.dge.mec.pt/>.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem. (1948). Consultado a 28 de abril de 2016. Em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/>.
- Elias, F.. (2008), A Escola e o Desenvolvimento Profissional dos Docentes; Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Heacox, D. (2006). Diferenciação curricular na sala de aula. Porto: Porto Editora.
- Index for Inclusion (2016). Centre for Studies on Inclusive Education supporting inclusion, challenging exclusion. Consultado a 5 de fevereiro de 2016. Em <http://www.csie.org.uk/resources/inclusion-index-explained.shtml>
- Lei de bases do sistema educativo Lei n.º 65/2015, de 3 de julho. Consultado a 28 de abril de 2016. Em <http://www.dge.mec.pt/>.
- Martins, A.. (2011). Adequação de estratégias de ensino aprendizagem numa turma reduzida: estudo de caso. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação.
- Roldão, M.C. (2009) Conceção Estratégica de Ensinar e Estratégias de Ensino. In, Estratégias de Ensino- o saber e o agir do professor, pp 55-67.
- Roldão, M.. (2009), Estratégias de ensino - O saber e o agir do professor; Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Tomlinson, C.A. (2008). Diferenciação Pedagógica e Diversidade. Porto: Porto Editora.